

Hidroviias do Brasil - Vila do Conde S.A.

CNPJ nº 13.574.672/0001-52

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais

		Nota		Nota	
Ativos	Explicativa	31/12/2016	31/12/2015	Passivos e Patrimônio Líquido	Explicativa
Circulantes		12.386	67.373	Circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa				Fornecedores	9
Títulos e valores mobiliários	4	2.746	12	Contas a pagar com intermediação bancária	9.1
Contas a receber	5	3.799	64.294	Empréstimos e financiamentos	10
Estoques	6	96	-	Obrigações sociais e trabalhistas	11
Impostos a recuperar		92	-	Obrigações tributárias	10
Adiantamentos a fornecedores		3.083	2.639	Contas a pagar com partes relacionadas	15
Despesas pagas antecipadamente		2.009	-	Outras contas a pagar	
Garantias e depósitos caução		549	420	Não Circulantes	
Outros créditos		12	-	Empréstimos e financiamentos	10
Não Circulantes		703.050	646.404	Contas a pagar com partes relacionadas	15
Relacionadas	15	57.179	81.124	Patrimônio Líquido	13
Garantias e depósitos caução		-	17	Capital social	
Imobilizado	7	643.735	563.913	Prejuízos acumulados	
Intangível	8	2.136	1.350	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	
Total do Ativo		715.436	713.777		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2014	154.037	(5.096)	148.941
Aumento de capital em dinheiro em 10/12/2015	80.197	-	80.197
Prejuízo do exercício	-	(1.869)	(1.869)
Saldos em 31/12/2015	234.234	(6.965)	227.269
Aumento de capital em dinheiro em 26/12/2016	19.701	-	19.701
Prejuízo do exercício	-	(54.860)	(54.860)
Saldos em 31/12/2016	253.935	(61.825)	192.110

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional:

A Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A. ("Sociedade"), empresa constituída em 21 de março de 2011, tem por objetivo social a construção, a operação e a exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nesses ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento. A Sociedade iniciou sua operação no primeiro trimestre de 2016, através dos serviços de elevação de carga na região de Barcarena, Estado do Pará. Aspectos regulatórios: Em 21 de fevereiro de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA aprovou a concessão de Licença Prévia ("LP"), referente ao projeto da Sociedade, de instalações de Terminal Portuário de Uso Privativo ("TUP") localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará. Em 1º de julho de 2013, foi aprovada a concessão de Licença de Instalação ("LI"), referente ao projeto da Sociedade, de instalação de Terminal Portuário de Uso Privativo ("TUP"), localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará. Em 9 de maio de 2014, a Sociedade assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como Interviente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela Sociedade, na modalidade de TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, cidade de Barcarena, Estado do Pará, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. Em 5 de dezembro de 2014, a Sociedade obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 335, publicado no Diário Oficial da União. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$85.935 e prejuízo de R\$54.860. A Sociedade irá equalizar o capital circulante líquido negativo com a geração de caixa prevista para o ano de 2017 decorrente do aumento de suas operações. Adicionalmente, em caso de necessidade a Sociedade conta com o apoio financeiro dos seus acionistas. 2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras

foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. c) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos intangíveis e à determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 7). 3. Principais Práticas Contábeis: As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado: Os ativos avaliados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. (ii) Passivos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou vencidas. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos. b) Reconhecimento da receita: Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando efetivamente realizada, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável. As receitas são reconhecidas no momento da prestação do serviço contratado. c) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga

Demonstrações do Resultado

		Nota	
	explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Receita Operacional Líquida	17	31.173	-
Custo dos serviços prestados	18	(36.760)	-
Prejuízo Bruto		(5.587)	-
Receitas (Despesas) Operacionais			
Salários, encargos e benefícios	18	(1.096)	(116)
Gerais e administrativas	18	(2.158)	(1.185)
Serviços profissionais	18	(775)	(285)
Depreciação e amortização	18	(136)	(165)
Total		(4.165)	(1.751)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		(9.752)	(1.751)
Receitas financeiras	19	197	1
Despesas financeiras	19	(45.305)	(119)
Resultado financeiro		(45.108)	(118)
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(54.860)	(1.869)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		-	-
Prejuízo do Exercício		(54.860)	(1.869)
Prejuízo por Ação - R\$	14	(0,2316)	(0,0087)

Demonstrações do Resultado Abrangente

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do Exercício	(54.860)	(1.869)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(54.860)	(1.869)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(54.860)	(1.869)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais:		
Provisões para bônus e gratificações	261	-
Provisão PIS/COFINS	13	-
Encargos de dívida	20.042	-
Juros s/aplicação financeira	(1.576)	-
Depreciação e amortização	20.829	165
Aumento (redução) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(96)	-
Estoques	(92)	-
Garantias e depósitos caução	5	-
Impostos a recuperar	(444)	(2.391)
Adiantamentos a fornecedores	(2.009)	2.854
Despesas pagas antecipadamente	(129)	675
Outros créditos	8	5
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(60.280)	(17.066)
Contas a pagar com intermediação bancária	21.960	-
Obrigações sociais e trabalhistas	267	12
Obrigações tributárias	(383)	6.655
Outras contas a pagar	(86)	139
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(56.570)	(10.821)
Encargos de dívidas pagas	(72.556)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(129.126)	(10.821)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos relativos à aquisição de ativo imobilizado	(68.263)	(319.483)
Pagamentos relativos à aquisição de ativo intangível	(810)	(1.333)
Créditos com partes relacionadas	23.945	(81.124)
Títulos e valores mobiliários	63.547	(52.499)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	18.419	(454.439)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aporte de capital de acionistas	19.701	80.197
Captação de empréstimos	435.026	382.974
Amortização de principal de empréstimos	(396.662)	-
Contas a pagar com partes relacionadas	55.376	2.089
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	113.441	465.260
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.734	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	12
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Exercício	2.746	12

continua